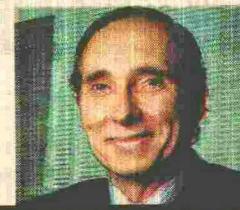


**JULIO GOMES DE ALMEIDA**  
Professor do Instituto de Economia  
da Unicamp e Ex-Secretário de  
Política Econômica do Ministério da Fazenda



**Brasil Econômico**

# O pessimismo com relação à economia é exagerado?

O Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, declarou na semana passada que “a percepção está mais pessimista que a realidade”. Ressaltou a maior produção de bens de capital, refletindo a expansão dos investimentos, e observou que a melhora da confiança das empresas e das famílias é condição para um fluxo contínuo de investimentos.

Excesso de negativismo em economia é “pegajoso” se contaminar as decisões de conceder crédito, de investir e de consumir.

Por isso, para evitar a “profecia autorealizável”, será importante que as autoridades neutralizem o que acham ser o excesso de pessimismo.

A onda pessimista tem sido atribuída às intervenções do governo na economia e a falhas ou desconfianças na interlocução dos governantes com empresários e sociedade em geral. Em nossa opinião, tão ou mais relevantes são as causas propriamente econômicas, onde, no entanto, certos pontos positivos vêm sendo esquecidos ou deixados de lado pelo excesso de pessimismo por parte de agentes e analistas. Em primeiro lugar, a confiança dos consumidores foi abalada desde fins do ano passado por um grande aumento de preços que reduziu o poder de compra da população e forçou um doloroso ajuste do orçamento familiar. Notar, no entanto, que a forte queda da inflação nos últimos meses e, especialmente, as menores variações dos preços de serviços, podem representar o marco de um ciclo de retorno da inflação ao centro da meta.

**Desarmar o quadro desfavorável das expectativas não será fácil, mas é possível. Pode colaborar o êxito do leilão para exploração do pré-sal e de concessões na área de infraestrutura**

Segundo, há uma percepção entre os analistas de piora das contas públicas que não foi removida pela redução de gastos anunciada recentemente. Os expedientes usados pelo governo para engordar receitas e acomodar

despesas lança dúvidas sobre a execução fiscal. Não se pode perder de vista que, ponderado pelo efeito adverso da fase de declínio da economia sobre a arrecadação de tributos, o superávit primário é ainda expressivo, de forma que estamos distantes de uma irreversível deterioração fiscal.

Terceiro, a crise na indústria é um fato que vem deprimindo as expectativas empresariais e reduzindo o investimento. Daí as debilidades do setor cuja evolução recente tem sido tímida e irregular. O mesmo pode ser dito do desempenho do PIB. Mas, o que também parece certo é que a produção industrial e o resultado do PIB vêm melhorando e devem fechar o ano com crescimento entre 2% e 2,5%, contra queda de 2,6% na indústria e aumento de somente 0,9% no PIB em 2012.

A onda de pessimismo também se nutriu da preocupação quanto ao resultado em transações correntes do balanço de pagamentos e à perda de ritmo na geração de empregos. Nesses casos, o contraponto é que a desvalorização do real deverá melhorar as contas externas embora não a curto prazo, e, do lado do emprego, que o cenário menos favorável por enquanto não mudou a situação de baixa taxa de desocupação ou de quase pleno emprego em certas regiões do país.

Desarmar o quadro desfavorável das expectativas não será fácil, mas é possível. Pode colaborar o êxito do leilão para exploração do petróleo do pré-sal e das concessões na área de infraestrutura. Dependerá ainda da reversão dos impactos das recentes manifestações sobre a confiança dos consumidores e empresários. Estas retrocederam muito (4,1% e 4%), prenunciando, se nada mudar, menos consumo e mais baixas inversões neste semestre.

12 AGO 2013